



**República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura de Quissamã**  
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro  
CEP 28.735-000 – Quissamã

**Secretaria Municipal de Saúde**

## **Estudo Técnico Preliminar - ETP**

### **1. Informações Básicas**

Fórmulas para suplementação nutricional.

### **2. Descrição da necessidade**

O Ministério da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo até o 6º mês de vida e continuado até 2 anos e adequação das práticas da alimentação complementar ao leite materno a partir de 6 meses. O aleitamento materno é considerado exclusivo por não incluir a introdução de líquidos (água, suco, leite de vaca e fórmulas infantis à base de leite de vaca e/ou alimentos complementares) até seis meses de idade, ressalta como eficaz na prevenção do aparecimento de doenças, sobretudo da APLV, Na impossibilidade do Aleitamento Materno: O aleitamento materno deve ser incentivado e priorizado no primeiro ano de vida, aquelas crianças que não possam receber leite materno por alguma razão, que justifiquem esta condição, devem receber fórmulas que procurem se assemelhar ao máximo quanto às suas características nutricionais, já que nenhuma fórmula poderá oferecer as características imunológicas e afetivas para o desenvolvimento dos lactentes.

1.1 Crianças classificadas em  $< \text{Escore-z-3}$  ou  $\geq \text{Escore-z-3}$  e  $< \text{Escore-z-2}$ , conforme parâmetros definidos na Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)., menores de 6 meses, que não estejam em aleitamento materno devidamente justificado.

1.2 Prematuridade/gemelaridade com sequelas e/ou comprometimento nutricional classificadas em  $< \text{Escore-z-3}$  ou  $\geq \text{Escore-z-3}$  e  $< \text{Escore-z-2}$ , conforme parâmetros definidos na Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

1.3 Doenças congênitas graves com comprometimento nutricional, classificadas em  $<$

Escorez-3 ou  $\geq$  Escore-z-3 e  $<$  Escore-z-2, conforme parâmetros definidos na Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).ex: (lábio leporino) 1.4 Doença materna que contra indique a amamentação (comprovada através de relatório médico) malformações e neoplasia de mama, doença psiquiátrica grave e utilização de medicamentos contra indiquem a amamentação segundo recomendações do Ministério da Saúde. Infecção materna por HIV (será atendida pelo programa de DST/AIDS).

A alergia ao leite de vaca (APLV) é a alergia alimentar mais comum na infância; os lactentes que apresentam sintomas sugestivos possuem uma incidência estimada entre 5 a 15%. De acordo com o “Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018 / Diagnóstico, tratamento e prevenção, elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Alergia e Imunologia O tempo de duração da dieta de exclusão tem como variáveis a idade do paciente ao iniciar o tratamento e sua adesão a esse, os mecanismos envolvidos, as manifestações apresentadas e o histórico familiar para alergia. Admite-se que a maioria das crianças desenvolverá tolerância clínica nos primeiros três anos, embora este percentual possa ser variável. Para a alergia ao leite de vaca, preconiza-se que a dieta de exclusão seja, no mínimo, de seis a doze meses”. Tendo como base as diversas publicações o tempo limite para estar no programa foi estabelecido a idade de 3 anos (36 meses).

## Pacientes ADULTOS

A nutrição faz parte do tratamento de várias patologias, suprir com nutrientes (proteínas, vitaminas, ácidos graxos essenciais e minerais). A má nutrição pode aumentar a predisposição e agravamento de vários estados clínicos. A avaliação correta de cada paciente e a indicação de suporte nutricional adequado devem ser observados nas situações de comprometimento nas funções básicas do organismo.

Trata-se da Aquisição de fórmulas nutricionais especiais padronizadas para integrantes do programa de Suplementação Nutricional da REDE/SUS de Quissamã e para atendimento de suplementos não padronizados pleiteados via processos administrativos.

Fornecimento de fórmulas infantis especiais que atendam às crianças com alergia ou intolerância a proteína de leite de vaca (APLV) em menores de três anos de idade e em casos especiais fórmulas para pacientes com risco nutricional (baixo peso), para indivíduos nas demais idades, segundo os critérios do programa municipal de fórmulas nutricionais especiais, e formulações com o mesmo objetivo não padronizadas. Este

protocolo tem o objetivo de estabelecer diretrizes para a dispensação de fórmulas Infantis Especiais que atendam às crianças com Alergia e /ou Intolerância a Proteína de Leite de Vaca (APLV) em menores de 3 anos e em casos especiais fórmulas nutricionais para pacientes com risco nutricional (baixo peso), para indivíduos nas demais idades, seguindo os critérios do programa.

A necessidade de racionalizar a oferta de fórmulas nutricionais especiais pelo município em razão do grande número fórmulas nutricionais colocadas à disposição dos prescritores pela indústria farmacêutica; a necessidade de padronizar, dentro de princípios éticos, a variabilidade da prescrição, especialmente quanto ao uso racional de fórmulas nutricionais especiais; a necessidade de oferecer aos usuários de forma regular e contínua, um elenco de fórmulas nutricionais especiais definido de acordo com rigorosos critérios técnicos e científicos, estudos de medicina baseada em evidências clínicas, para o atendimento das necessidades nutricionais mais prevalentes ou de maior demanda. Os produtos disponibilizados para dispensação, registrados e aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), serão adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde por meio de licitação pública e distribuídos pelo Almoxarifado da SEMSA. O Acompanhamento nutricional dos indivíduos deste programa será realizado através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional -SISVAN, do ministério da saúde.

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.080/90, que diz respeito às ações destinadas a garantir às pessoas e às coletividades condições de bem-estar físico, mental e social, como fatores determinantes e condicionantes da saúde.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter Federativa, e dá outras providências de acordo com sua competência quanto esfera municipal;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999, integra os esforços do Estado Brasileiro que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação.

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990 (ECA), é assegurado o acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente no Sistema Único de Saúde (SUS). O acompanhamento do processo de amamentação, bem como da alimentação complementar

saudável.

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS Nº 2529, de 19 de outubro de 2006, que regula a Internação Domiciliar no Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS Nº 343, de 07 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Trata-se de aquisição de fórmulas nutricionais industrializadas, amplamente comercializadas por empresas do ramo de nutrição, não sendo observado, para o objeto da contratação, qualquer tipo de limitador para o oferecimento de propostas.

Por todo exposto, a Prefeitura Municipal de Quissamã através da Secretaria Municipal de Saúde necessita contratualizar a aquisição de fórmulas nutricionais, para atender as necessidades dos usuários do SUS.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Central de Abastecimento Farmacêutico/ Almoxarifado da Saúde	Adriany Cristina Marques

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O cumprimento das normas a que está sujeita a atividade de fornecimento de insumos:

- Os licitantes deverão apresentar o solicitado abaixo para os fins de comprovação de habilitação técnica, bem como a habilitação constante no Edital, nos termos definidos por esta prefeitura;
- Alvará sanitário, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual ou Municipal da sede do licitante;
- Certidão de regularidade de profissional responsável técnico, Farmacêutico ou Nutricionista;

- Atestado de Capacidade técnica;
- Documento de registro do produto emitido pelo site da ANVISA, com data de vencimento do registro;
- Declaração do Fabricante Certificando que a empresa esteja apta e autorizada para comercialização dos produtos e se responsabilizando pelas entregas dos produtos nas quantidades solicitadas.

Quanto aos critérios de sustentabilidade, os materiais deverão, preferencialmente: utilizar componentes biodegradáveis e atóxicos em sua produção; serem acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

A empresa fornecedora deverá, ainda, respeitar a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018, Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências, para situação de descarte.

## **5. Levantamento de Mercado**

Em relação aos produtos demandados, os suplementos nutricionais pleiteados são produtos encontrados comumente em diversas distribuidoras, drogarias, supermercados, salvo alguns que são mais específicos em distribuidoras e em conjunto com os grandes laboratórios conseguem maior volume.

Em análise das possibilidades de aquisição dos itens, observamos que a maioria dos municípios realizam a aquisição através de pregões/ ATAs de Registro de Preço para 12 meses. Os itens têm validade aproximadamente de 1 a 2 anos, e a demanda é muito específica, através deste modelo de aquisição minimiza-se consideravelmente a chance de perda por vencimento e o empenho só é elaborado quando necessário.

No momento não foi encontrado ATA de Registro para adesão dos itens, que gerasse mais economia e celeridade.

Outras formas de aquisição, como locação, terceirização, não fazem sentido para o produto em questão que já tem no mercado um fluxo estabilizado e mais vantajoso.

Como há um grande número de fabricantes, importadores, distribuidores e empresas no mercado nacional que comercializam os itens a serem licitados e, devido ao fato dos bens a serem adquiridos serem classificados como bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado, optou-se pela utilização do Sistema de Registro de Preços como forma de aquisição dos bens pretendidos.

## **6. Descrição da solução como um todo**

Ressalto que este objeto não está vinculado a nenhuma contratação suplementar.

A solução apresentada consiste na realização de procedimentos licitatórios, via sistema de Registro de Preços, para aquisição de fórmulas nutricionais, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal da Saúde. A ata de registro de preços permitirá a aquisição dos itens necessários pelo período especificado, nas quantidades demandadas conforme decorrer das ações de saúde. O registro de preço garante ao município a aquisição do melhor preço adjudicado pelo período de 12 meses e permite ainda a correta gestão dos estoques, dos prazos de entrega e do espaço físico para armazenamento.

Vale pôr em evidência que, o presente certame deverá ser precedido de Processo Licitatório por meio de Ata de Registro de Preços, em observância a Lei nº 14.133/2021. Assim, o Registro de Preços de fórmulas nutricionais, visa atender as solicitações de dietas e fórmulas especiais para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), residentes do município de Quissamã e encaminhados pelos médicos e nutricionistas das Estratégias da Saúde da Família.

Justifica-se a aquisição por Ata de Registro/ Pregão eletrônico, devido o objeto da licitação não ser considerado de alta complexidade, outras possibilidades como comodato, terceirizações, pela experiência e histórico, não são viáveis, sendo esta a escolha de melhor vantajosidade para a administração pública.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A requisição para esta contratação contém 33 itens, tendo sido os quantitativos calculados baseado no histórico de demanda média distribuída e previsão mínima de cada suplemento. Dessa forma, este quantitativo definido será suficiente para atender à Nutrição em caso de manutenção da demanda média apresentada ou em caso de aumento da oferta de serviços ao longo dos 12 meses de vigência da ata.

O termo de referência constará expressamente os quantitativos definidos por item.

Consta anexo a este ETP, planilha com o detalhamento do pedido com especificação dos produtos, unidade, status, demanda média mensal, demanda média anual, média mensal por paciente, média anual por paciente e média de pacientes estimados para o ano.

### **Critérios adotados pelo Programa para cálculo de quantidade:**

**Menores de 6 meses:** Será fornecida quantidade de fórmula suficiente para atender a 100% das necessidades energéticas diárias utilizando energia por quilo de peso atual e para atender 100% da DRI para cálcio, ou seja, **9 latas mensais**, além da justificativa do não Aleitamento materno pelo pediatra

**De 6 meses a 12 meses:** Será fornecida quantidade de fórmula suficiente para atender 100% da DRI para cálcio e para preparo de no máximo de 600 ml de fórmula/dia, ou seja **9 latas mensais**.

**De 12 meses a 35 meses e 29 dias:** Será fornecida quantidade de fórmula suficiente para atender 50% da DRI para cálcio. Quantidade **de 6 latas mensais**.

OBS: é preconizado pelo ministério da saúde a alimentação complementar adequada e oportuna a partir de 6 meses.

**Fórmula para pacientes com baixo peso** :necessitando de aporte de calorias e proteínas, que são importantes para manutenção da massa muscular contendo açúcar.  
Ex: NUTREN Senior ( acima de 50 anos) 5 latas/mês ( 2 colheres de sopa niveladas /31,5gr para 230 ml, duas vezes ao dia), NUTREN Active (adolescentes e adulto jovem) 5 latas/mês ( 2 colheres de sopa niveladas/31,5gr para 230 ml, duas vezes ao dia). Ensure: 8 latas/mês ( 6 medidas/56,4gr para 200ml, duas vezes ao dia )

OBS: As quantidades de latas foram calculadas para 2 copos por dia, seguindo a recomendação do produto.

**Fórmula para pacientes com controle Glicêmico:** para situações metabólicas especiais, formulado para estado de tolerância anormal à glicose, especialmente para pessoas com diabetes. Possui carboidrato de lenta absorção com baixo índice glicêmico. -Fórmula hiperproteica: Auxilia no ganho da massa muscular. **Ex:** FINN Nutritive 5 latas/mês ( 3 cls sopa niveladas/ 30gr diluída em 200ml, duas vezes ao dia) DIANUTRI 6 latas/mês ( 8 medidas/ 43,2gr diluída em 200 ml, duas vezes ao dia ) Glucerna : 8 latas/mês , ( 6 medidas/ 52gr diluída em 200ml, duas vezes ao dia

### **Cálculos estimados**

Considerando as informações acima, na planilha anexa segue estimativa de pacientes previstos no programa que podem ser atendidos, salvo exceções. Coluna “status” se o produto é padrão ou não padrão, ‘demanda média mensal’ - valor médio mensal de pedidos informados para a CAF, ‘Demanda média anual’ - valor médio anual de pedidos informados para a CAF, ‘Média mensal por paciente’ – é a quantidade média utilizada por 30 dias para cada paciente, ‘média anual por paciente’ – uso médio por 12 meses para cada paciente, ‘média de pacientes estimados para o ano’ – é a quantidade máxima de pacientes estimados a serem atendidos durante o ano pelo programa. Segue alguns exemplos de cálculos.

#### **Exemplo 1 – item 06**

Foi observado demanda média anual de 1440 latas, considerando que uma criança pode utilizar em média 9 latas/mês e ano 108 latas, assim 1440 latas podem atender em média 13 crianças ano.

#### **Exemplo 2 – item 08**

Foi observado demanda média anual de 960 latas, considerando que uma criança pode utilizar em média 9 latas/mês e ano 108 latas, assim 960 latas podem atender em média 9 crianças ano.

Há suplementos de maior demanda que outros, devido à incidência ou não de maiores ou menores patologias, apesar disso o programa deve estar preparado para absorver rapidamente o paciente, considerando que suplemento é uma forma de alimento e que quando prescrita, deve ser praticamente utilizado de forma imediata.

Ressalto que o uso de suplementos principalmente para adultos, aumentou muito, desde acamados, pacientes com baixo peso, desnutridos, pacientes com perda de peso e tratamento de quimioterapia.



No caso de suplementos não padronizados, é solicitado geralmente a quantidade prescrita pelo médico, recebemos muitas demandas dos suplementos não padronizados, que futuramente podem ser padronizados, baseado nas demandas reprimidas, segue quantitativo na planilha anexa.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

Foi realizada pesquisa de preço de forma sintetizada com empresa específica do ramo e via sites eletrônicos. Documentos anexos.

Segue também anexo planilha com dados estimados, sendo o valor total R\$3.656.179,20. Ressalto que o setor de compras construirá mapa comparativo com uma maior cesta de preços, com o objetivo de ter um valor estimado para o certame.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Os produtos a serem adquiridos por meio deste pregão deverão ser fornecidos em entregas parceladas (item a item), com o propósito de evitar perdas (considerando a natureza e a perecibilidade do objeto), além de adequar o estoque às demandas da instituição. Considerando a natureza do objeto e perecibilidade dos produtos, faz-se necessário que o fornecimento seja fracionado conforme a demanda livre recebida pelo setor, sendo licitado item a item.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Processo nº 3111/2023, encerrado no mesmo ano.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Os itens previstos nesta contratação estão de acordo com histórico de Contratações anual da instituição e Definição de Formalização de Demanda – DFD.

## **12. Resultados Pretendidos**

Como benefícios resultantes desta aquisição espera-se manter atendimento das demandas da sociedade junto ao Programa Municipal e pedidos personalizados através de processos administrativos autorizados, agilizar e conferir maior segurança ao atendimento do paciente por meio da disponibilidade dos insumos necessários e adequados, considerando que quando há uma solicitação, a dispensação deve ser ágil, pois o suplemento faz parte da alimentação do paciente. Além disso, visa a manutenção das pactuações e contratualizações acordadas entre a instituição e gestores públicos, de forma a atender plenamente a rede do Sistema Único de Saúde – SUS.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Considerando a validade da maioria dos produtos (materiais de consumo do tipo alimentícios), para que os mesmos não se tornem impróprios para a utilização, para que haja gerência efetiva sobre o consumo real e o controle de estoque, ainda, para que não haja desperdícios de recursos frente as restrições financeiras do órgão, a melhor forma de entrega que se adéqua as condições de uso é por meio do fornecimento parcelado (item/item) conforme a demanda, razão pela qual elegemos que a aquisição se faça por meio de Ata de Registro de Preços, tendo como critério de julgamento o menor preço por item.

Em relação a eventual necessidade de adequação do ambiente do órgão para a execução da solução escolhida, não se vislumbra necessidades de providências para quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

O objeto licitado não gera impactos ambientais diretos. Entre eles, pode-se citar o desperdício de suplementos nutricionais, caso a embalagem seja aberta e o paciente ter reação contrária, o que é pouco provável. Para evitar outros impactos, o planejamento das compras será realizado considerando a demanda real, evitando excessos e, conseqüentemente, desperdícios.

A natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário que o licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

## 15. Declaração de Viabilidade

Informe abaixo a viabilidade do objeto deste ETP. Caso o projeto seja inviável, é obrigatório informar a justificativa de inviabilidade
(X) Esta equipe de planejamento declara <b>viável</b> esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar
( ) Esta equipe de planejamento declara <b>viável com restrições</b> esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar
( ) Esta equipe de planejamento declara <b>inviável</b> esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar

### 15.1 - Justificativa da Viabilidade

Esta contratação torna-se viável tecnicamente e necessária para esta Secretaria, pois já temos experiências prévias com a licitação deste mesmo objeto. Além disso, existem muitos fornecedores no mercado que ofertam estes produtos, aumentando as chances de sucesso do certame.

## 16. Responsáveis

**Adriany Cristina Marques**

Coordenadora da Central de Abastecimento Farmacêutico